



Manifesto ao 35° Congresso da UCE

11 e 12 de junho - Jaraguá do Sul - SC

CONTRAPONTO

Movimento Estudantil Democrático e de Luta

EDUCAÇÃO PARA TOD@S

Não se pode falar em uma política emancipatória para a educação superior em Santa Catarina sem falar no Sistema Acafe. Criado em 1974, - em plena ditadura militar - as universidades e faculdades integrantes do sistema abrigam atualmente 140 mil alunos, mais de 70% do total de matriculados no estado.

Esses estudantes estão divididos em 14 instituições de ensino, espalhados por 80 cidades catarinenses. É, sem sombra de dúvida, o maior formador de pedagogos, administradores, advogados, contabilistas, jornalistas, publicitários e professores de todas as áreas do conhecimento.

A variedade de cursos e a capilaridade do sistema Acafe no interior não são comparáveis com nenhum dos sistemas públicos, nem federal, nem estadual, nem municipais. Por isso, debater o seu papel na política de ensino superior em SC é fundamental.

Hoje, as faculdades do sistema Acafe estão sob o regime jurídico de “públicas de direito privado”, um Frankenstein que

só favorece a corrupção e a má qualidade de ensino. **Na hora de pegar dinheiro do governo, a ACAFE diz que é pública. Na hora de prestar contas dos seus gastos, afirma que é privada.**

Corrupção no sistema ACAFE

As 14 instituições do sistema ACAFE estão obrigadas, por lei, a prestar contas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e

ACAFE rende R\$ 200 milhões por ano, mas as universidades anunciam cada vez mais rombos nas contas

realizar eleição direta para cargos dirigentes, como reitores e chefes de departamento. Essas determinações, em vários casos, não são plenamente cumpridas e, em alguns casos, totalmente desrespeitadas.

Apesar da lei dizer o contrário, o TCE, através de uma nor-

mativa, isentou as entidades cujo orçamento tenha menos de 50% de seus recursos provenientes do Estado da fiscalização da prestação de contas.

Para se ter uma ideia do que estamos falando, a Univali, uma das maiores universidades do Sistema Acafe, **tem orçamento quase oito vezes maior do que a prefeitura de Itajaí**, sem necessidade de prestar contas. Essa aberração jurídica, somada a falta de democracia na escolha dos dirigentes da universidade, são os piores exemplos do autoritarismo e desrespeito à lei, e do grande espaço para a corrupção dentro das universidades “comunitárias”.

A arrecadação do sistema ACAFE ultrapassa os R\$ 200 milhões anuais, com mensalidades do sistema variam de R\$ 400 até R\$ 3.800. Apesar de gerir grandes quantias, universidades como a Univali declararam em 2008 um rombo de R\$ 25 milhões em suas contas. Na ocasião, mais de 1.000 trabalhadores foram para a rua. **A UCE tem que que intervir nessa situação!**

UCE deve lutar por uma ACAFE pública e gratuita

A UCE e o movimento estudantil catarinense precisam lutar com todas as suas forças para reverter esse quadro. Cada vez mais, o governo federal financia essas instituições corruptas, através da compra de vagas ociosas – o PROUNI - ao invés de investir na ampliação das universidades públicas.

Por isso, defendemos a gradual federalização e estatização das universidades do sistema ACAFE. Somente desta maneira, poderemos democratizar o ensino e garantir que milhares de estudantes pobres tenham acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade.

A UCE deve se mobilizar para propor à Assembleia Legislativa um Projeto de Iniciativa Popular que facilite a estatização das IES do sistema ACAFE.

10% do PIB para a Educação!

O CONTRAPONTO vai defender, tanto no Congresso da UCE como no da UNE, a proposta de 10% do PIB para a educação, como previa o Plano Nacional de Educação.

Estamos debatendo a realização de um plebiscito popular para fortalecer esta bandeira, junto a outros setores dos movimentos sociais. A educação tem que ser prioridade para Santa Catarina e para o Brasil.

TÔ VENDO UMA ESPERANÇA!



Combater a precarização das universidades públicas

Tanto a UFSC quanto a UDESC tem passado por processos de expansão. Cada vez mais, os governos federal e estadual abrem unidades no interior. O que deveria ser comemorado como expansão da universidade é, na verdade, a precarização.

Na UDESC, a expansão ocorre em condições precárias, com pouca ou nenhuma democracia. Não há políticas de permanência estudantil, como a construção de restaurantes universitários.

Na UFSC de Joinville, por exemplo, as turmas do primeiro ano possuem 200 alunos. Outros campi novos, como Araranguá e Curitiba, sofrem com problemas estruturais graves, como falta de biblioteca, locais para fazerem cópias

dos textos, ausência de políticas de permanência, como restaurantes universitários e moradia estudantil. No campus Florianópolis, prédios e prédios estão

sendo construídos na UFSC, enquanto os números de professores substituídos batem recorde e a moradia estudantil atende menos de meio por cento dos estudantes. As salas de aula estão com cada vez mais alunos para menos professores efetivos, prejudicando a qualidade de ensino.

O programa de Reestruturação das Universidades (REUNI) é o grande responsável por essa expansão sem qualidade. O REUNI foi apoiado pelas atuais

gestões da UCE e da UNE, enquanto os campos de oposição no Movimento Estudantil travaram o combate pela expansão de qualidade.

É por isso que devemos estar na UCE, colocando a entidade a serviço dos estudantes.

Dinheiro do PROUNI poderia ampliar vagas nas públicas

Dados do Ministério da Educação mostram que 90% da pesquisa científica produzida hoje no Brasil é oriunda das Universidades Públicas. Portanto, elas cumprem um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil.

Isso demonstra que o ensino privado ou “comunitário” não cumpre seu papel social, ainda mais se levarmos em conta que há financiamento público através de projetos como o PROUNI.

Estudos mostram que esses recursos seriam capazes de ampliar as vagas no ensino superior, com a construção de novas universidades e a ampliação com qualidade de unidades já existentes. O CONTRAPONTO luta por uma educação popular, 100% pública, gratuita, laica e de qualidade.

Uma UCE a serviço das lutas do povo

A União Catarinense dos Estudantes (UCE) tem uma história de lutas e conquistas ao lado dos movimentos sociais. Infelizmente, nos últimos anos, a UCE perdeu seu poder de mobilização, não dialoga mais com a base do movimento estudantil nas universidades e se tornou vazia enquanto entidade política.

Nós do campo CONTRAPONTO defendemos que a UCE deve se articular com outros setores dos movimentos sociais, defendendo medidas que melhorem a vida dos estudantes e do povo.

A UCE deve se envolver nas discussões sobre reforma agrária e apoiar as iniciativas do Movimento Sem Terra (MST); deve levar o debate sobre o meio ambiente e mobilizar os estudantes contra as mudanças do Código Florestal; deve apoiar a greve dos professores da rede estadual e lutar pela democratização da escola, atra-

vés da gestão democrática e das eleições diretas para diretores.

Além disso, uma gestão comprometida da UCE deve apoiar os movimentos por uma defensoria pública em Santa Catarina, a saúde e a educação públicas e gratuitas.

Tarifa Zero e transporte

Outra bandeira importantíssima para os estudantes nos últimos anos tem sido a luta pelo direito à cidade e a democratização do transporte coletivo.

A UCE deve usar a sua estrutura física, financeira e política para auxiliar os movimentos pelo Tarifa Zero e pelo transporte público.

Essa deve ser uma das nossas principais bandeiras, enfrentando as máfias empresariais do transporte cole-

tivo.

A UCE deve estar na linha de frente dessas mobilizações! É o que defende o Contraponto!

UCE e UNE devem resgatar sua natureza mobilizadora



COMBATER OS PRECONCEITOS

Apesar das relevantes conquistas, como a união civil entre casais do mesmo sexo, a Lei Maria da Penha e as políticas de cotas para negros nas universidades, vivemos no Brasil um cenário de preconceito e discriminação. O machismo, o racismo e a homofobia estão enraizados na nossa sociedade.

As mulheres, negros e homossexuais continuam a serem assassinados pelos maridos, pela polícia e pelos intolerantes. Mulheres e negros continuam a receber menores salários do que os homens brancos; homossexuais continuam sofrendo violência nas escolas e universidades.

A UCE precisa travar esses debates e apoiar medidas como a criminalização da homofobia, o fim da violência contra as mulheres e a população negra.

Além disso, precisa fazer o consequente debate sobre a descriminalização das drogas, seguindo o exemplo de países como Portugal, onde os índices de violência diminuíram dras-



ticamente, enquanto o número de recuperados cresceu vigorosamente.

Da mesma maneira, precisamos enfrentar o campo conservador e apoiar as medidas que visem à descriminalizar o aborto. São 1 milhão de abortos por ano no Brasil, a grande maioria mal feitos, resultando na morte de milhares de mulheres.

Este tipo de proibição não

impedirá milhares de jovens de continuar consumindo drogas, assim como não impede milhares de mulheres que, em uma situação de desespero, optam pela interrupção da gravidez.

É papel do movimento estudantil e da UCE pautar essas temas. Por isso, defendemos um estado sem machismo, racismo e homofobia, por um Estado Laico de fato!

Democratizar as comunicações

No Brasil, a mídia cumpre a tarefa de partido político das elites. É pela mídia que a direita ataca ideologicamente os movimentos sociais. Portanto, a luta pela ampliação de direitos aos “excluídos” passa necessariamente pelo combate à concentração dos meios de comunicação.

Recentemente, foram abertas duas grandes oportunidades para se alterar esse quadro, ambas desperdiçadas pelo Governo Federal. A primeira foi a digitalização da radiodifusão (TV e Rádio Digital), que poderia quadruplicar o número de canais de TV disponíveis para a concessão pública, abrindo espaço na TV para os movimentos sociais, bem como fazer com

que a Internet chegasse a todas as casas com TV (95% segundo IBGE). Mas o governo Lula optou por um modelo de TV Digital que impede qualquer nova concessão de canal. A segunda, no dia cinco de outubro de 2007, quando se encerravam as concessões de inúmeras redes de rádio e TV que não cumprem sua função social (entre elas, a TV Globo).

Além disso, os governos Lula/Dilma, assim como o governo FHC, continua perseguindo e reprimindo as rádios e TVs comunitárias e livres. Em apenas três anos de governo, Lula fechou mais rádios comunitárias e livres do que FHC em oito anos de Governo!

Venha fazer parte do Contraponto!

O CONTRAPONTO é um campo nacional do movimento estudantil, presente em mais de 14 estados brasileiros. Lutamos por um país mais soberano, justo e igualitário, por uma sociedade socialista. Venha fazer parte desta luta conosco!

Fones (48) 8457-1865, com Anderson

E-mail: sc.contraponto@gmail.com

www.contraponto.org.br